



Praias da ilha de Orango e da ilha de Rubane. Guiné Bissau

© Joaquim Pinto|ASPEA

Uma leitura prospectiva sobre os Congressos de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia

A prospective reading on the Environmental Education Congresses of Lusophone Countries and Galicia

Marcos Sorrentino  Universidade de São Paulo (Brasil)

Resumo

O presente artigo tem por base a apresentação realizada pelo autor na mesa redonda voltada a promover diálogos sobre os Congressos de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia, realizada durante as II Jornadas Internacionais de Educación Ambiental do Centro de ExtensiónUniversitaria e Divulgación Ambiental de Galicia-CEIDA, em abril de 2018, no Castelo de Santa Cruz de Liáns, Oleiros, A Coruña.

Partindo de uma leitura analítica do conjunto de Congressos e dos processos dialógicos de articulação dos eventos e de busca pelo fortalecimento da educação ambiental (EA) realizada nos oito países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste) e na Comunidade Autónoma da Galícia/Espanha, busca alinhar argumentos que justifiquem a formulação e implantação de políticas públicas sintonizadas e que propiciem sinergia na realização da missão de todo processo educador e ambientalista – a melhoria das condições existenciais para humanos e não humanos desta e das futuras gerações.

Busca centralmente apresentar uma compreensão prospectiva do potencial da EA luso-galaica para o enfrentamento do atual estado de degradação socioambiental e humano presente em todo o Planeta, ressaltando a importância de uma comunidade lingüística presente em quatro continentes e com fortes laços culturais, dar exemplos de cooperação na diversidade para uma humanidade cindida.

Unir ativistas e intelectuais do campo socioambiental, de diversos contextos locais, nacionais e internacionais, em processos de cooperação e de rebeldia em relação às fontes da degradação, objetivando fortalecer movimentos em defesa da vida e da solidariedade por meio do agir e pensar localmente e globalmente e do trabalhar-se interiormente.

Astract

This article is based on the presentation made by the author at the round table aimed at promoting dialogues on the Environmental Education Congresses of Lusophone Countries and Galicia, held during the II International Environmental Education Days of the Centro de ExtensiónUniversitaria e Divulgación Ambiental de Galicia - CEIDA , in April 2018, at the Santa Cruz de Liáns Castle, Oleiros, A Coruña.

Starting from an analytical reading of the set of Congresses and the dialogical processes of articulation of events and the search for the strengthening of environmental education (EA) carried out in the eight Portuguese-speaking countries (Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea Bissau, Mozambique, Portugal, São Tomé and Príncipe, East Timor) and in the Autonomous Community of Galicia / Spain, seeks to put together arguments that justify the formulation and implementation of tuned public policies and that provide synergy in carrying out the mission of the entire educational and environmental process - the improvement of existential conditions for humans and non-humans of this and future generations.

Centrally seeks to present a prospective understanding of the potential of the Portuguese-Galician EA to face the current state of socio-environmental and human degradation present throughout the Planet, emphasizing the importance of a linguistic community present on four continents and with strong cultural ties, to give examples of cooperation in diversity for a split humanity.

To unite activists and intellectuals from the socio-environmental field, from different local, national and international contexts, in processes of cooperation and rebellion in relation to the sources of degradation, aiming to strengthen movements in defense of life and solidarity through acting and thinking locally and globally and working inwardly.

Palabras chave

Educação ambiental; congressos; países Lusófonos e Galicia; políticas públicas; bem viver.

Key-words

Environmental education; congresses; Lusophone countries and Galicia; public policy; well live.

Mudar o Sistema, Não o Clima!

Diante da crise ambiental global, ou civilizatória, relacionada a um modo hegemônico de produção e consumo, marca registrada da modernidade industrial, apontada como responsável pelas já populares “mudanças climáticas”, ou “mudanças socioambientais globais”, é necessário dialogar-se sobre as causas e consequências das mesmas –da crise e das mudanças climáticas–.

Mudar o clima ou transformar o sistema de produção e consumo? Mudar o modo de vida, os valores e a cultura que o alimenta ou mitigar e adaptar para continuar a

promover os sonhos de consumo e bem estar material? Diante de valores como democracia e sustentabilidade socioambiental como pactuar uma transição não violenta em direção a sociedades sustentáveis? Investindo em processos educadores comprometidos com o ideário ambientalista que possibilitem transformações culturais de médio e longo prazo, alicerçadas na forte determinação de dialogar-se na diversidade.

Investir em uma educação ambiental crítica, emancipatória, comprometida com sustentabilidade socioambiental e com a melhoria das condições existenciais, exige diálogo sobre o local que deseja-se chegar e sobre as causas da degradação e os caminhos para superá-las.

O ponto de chegada pode ser nomeado como “utopia ecológica, realista e democrática”:

É realista, porque se assenta em um princípio de realidade que é crescentemente compartilhado (...). Por otro lado, a utopia ecológica é utópica, porque para sua realização pressupõe a transformação global não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna. É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza. É uma utopia caótica, porque não tem um sujeito histórico privilegiado (...).” (SANTOS, 1995: 52)

As causas da degradação e os caminhos para superá-la exigem uma profunda convicção democrática e dialógica que permita emergir soluções pactuadas em todo o tecido social, contemplando todos os saberes e possibilidades de contribuição. Exige generosidade na acolhida do Outro, do diferente e do distinto, em nós e para além de nós. Exige procesos autogestionários e autoanalíticos, nos quais visitemos os

nossos desejos modernistas, promovendo o questionamento das necessidades materiais simbólicas associadas à compulsão de consumir e acumular bens materiais. Serei eu capaz de abrir mão do Kit civilização ou de itens desse Kit, ou, pelo menos, serei capaz de utilizá-los de forma compartilhada, sem a propriedade exclusiva?

Transição Educadora Ambientalista e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

A bandeira ou pano multicolorido nomeada como *Tawantinsuyo*, simbolizando a união norte/sul, leste/oeste, entre os povos latinoamericanos, desde a Colômbia até a Patagônia, que se aliaram aos Incas, para intercambiarem conhecimentos e se beneficiarem mutuamente, pode simbolizar a busca que se coloca para educadoras e educadores ambientais da Lusofonia e Galícia, expandindo-se para todos os países e povos latinoamericanos e os demais de todo planeta –se unir na diversidade, pautados por uma busca comum– o compromisso educador com o *Bem Viver* para todos.

Para isto, é necessário educar para a união na diversidade e para a resistência,

resiliência e rebelião educadora. Se contrapor aos “*think tanks*” das iniquidades e degradação, que planejam as estratégias de dominação, controlando os recursos financeiros que alimentam grandes obras, corrupção e o lucro a serviço da opressão e manutenção do “*status quo*”. Articular uma Inteligência Educadora Ambientalista voltada ao *Bem Comum*.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, construído a inúmeras mãos de diversas partes do Planeta durante o processo preparatório da Rio92 e nela debatido e aprovado, sendo referendado na Rio+20, assim como a carta da Terra e a Declaração das Responsabilidades Humanas, dentre outros documentos de referência no campo da EA, podem constituir a base programática dessa União.

A Rede Planetária voltada à efetiva implantação desse Tratado de Educação Ambiental-Rede PlanTEA, bem como, a articulação lusogalaica que realiza os Congressos Lusófonos e Galego de Educação Ambiental, a Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática-REAJA e as instituições das Nações Unidas e das direções de EA de países da América Latina que organizam os Congressos Iberoamericanos de EA, dentre outras, todos ainda como frágeis mas persistentes articulações, podem ser as fomentadoras, junto a coletivos

educadores ambientalistas, nacionais e setoriais, dessa Inteligência do *Bem Viver*.

“*Think tanks do bem*”, para aproximar recursos humanos, tecnológicos e materiais que coloquem em curso processos formadores de formadores comprometidos com o empoderamento das sociedades em sua caminhada pela sustentabilidade socioambiental, compreendida de forma ampliada, ou seja, como melhoria das condições existenciais de todas as pessoas, de todas as humanidades que habitam ou virão a habitar este planeta. Humanidades solidárias sincrônica e diacronicamente com a nossa e com as demais espécies.

Rebelião Educadora Ambientalista

Na base da transição educadora para sociedades sustentáveis está o convite e o incentivo para que as pessoas e os grupos sociais exercitem quatro modalidades de rebelião. A primeira, voltada a incentivar e apoiar todas as formas de ação direta. Ações comprometidas com o aprender fazendo, com a ruptura da inercia idealista e individualista, que se contenta com o planejar e idealizar propostas mas é incapaz de agir para transformá-las em realidade e em aprendizados que possibilitem a avaliação, o replanejamento e o redireciona-

mento do fazer cotidiano. O incremento articulado da potência de agir, dialógica, identitária e comunitária, comprometida com a felicidade de todas e de cada pessoa (SORRENTINO et al., 2013; OCA, 2016).

A segunda, fruto da ação praxiológica, destina-se à Pactuação Política Programática, ou seja, à definição do horizonte almejado e as responsabilidades e compromissos de cada um e de todos os atores envolvidos -a direção da caminhada compartilhada e a definição sobre como iremos juntos-. Projetos políticos pedagógicos participativos, planos diretores, planos setoriais, programas e projetos, políticas públicas, constituições nacionais, regionais, locais, como exercícios prévios à elaboração de uma inédita constituição planetária, escrita a bilhões de mãos. Pode-se começar, por exemplo, pela construção de um Programa Lusogalaico de Educação Ambiental, comprometido com o fortalecimento de programas nacionais e comunitários de EA.

A terceira rebelião, comprometida com profundas Transformações Culturais. Transformações no modo de ser e de pensar, conquistadas por cuidadosos e deliberados processos educadores voltados a cultivar o diálogo e valores como o do cuidar e o da frugalidade, que emergem de uma agenda irrigada pelos saberes advindos das mais diferentes tradições religiosas, políticas e científicas, que pode-se

denominar de espiritualidade laica, a partir de autores como Leonardo BOFF (2015), Edgar MORIN (2000), Tiago NEPOMUCENO DA COSTA (2015), Bertrand RUSSEL (2012), Roger GARAUDY (1981).

Por fim, mas não por último, simultaneamente há a necessidade de se fomentar rebeliões estruturais, que incentivem as pessoas e suas comunidades a dialogarem detalhadamente sobre o nosso modo de ser e estar no Planeta, promovendo transformações que possibilitem definir a melhor forma de destinação dos bens materiais disponíveis para a humanidade. Resolver os desafios de inclusão no “*bem viver*” de oito bilhões de humanos exige decisões do tipo: redução linear em todos os países (por exemplo, inicialmente em 50%) de todos os gastos com armas de guerra; reforma agrária e urbana de forma que todos os seres humanos possam ter terra, teto, saneamento básico e trabalho; fomento à economia local solidária e circular; descentralização, autogestão e transparência, produção limpa e apropriada.

O grande desafio que se coloca é o da expansão dos compromissos ambientais e de cuidados com a vida, para toda a diversidade de humanidades que habitam o Planeta. Expansão para dentro de cada um e para o coração dos governos, criando condições para enfrentar os interesses mesquinhos e apegados das grandes fortunas em paraísos fiscais, na agiotagem oficial e nas orgias consumistas.

Projeto Político Pedagógico Participativo Territorial-foco no município ou território

Uma estratégia para a construção dessas rebeliões é a da organização de Coletivos Educadores Regionais ou Municipais, envolvendo escolas rurais e urbanas e comunidades do entorno, instituições de educação superior em geral e as universidades em particular, unidades de conservação e áreas protegidas em geral, áreas verdes, centros culturais e outros equipamentos sociais na defesa e exercício de uma EA Permanente, Continuada, Articulada e com a Totalidade das pessoas desses territórios. Uma EA comprometida com:

- democracia; direitos de todos os humanos e das demais espécies; frugalidade, autogestão e autoanálise;
- políticas públicas e pedagogia que fomentem o fortalecimento de comunidades de aprendizagem participativa e processos continuados de participação e controle social;
- projeto político e pedagógico participativo de cada Município de sua área de abrangência, para que se tornem Agroecológicos Educadores e Sustentáveis (MAES), por meio da formação de formadores ou da educação de educadores;
- intervenções educadoras pesquisantes, comprometidas com a formulação e aprimoramento de propostas que vão

da pedagogia às políticas públicas de transição para sociedades sustentáveis.

Coletivos educadores comprometidos com a construção de projetos políticos pedagógico participativos em cada município, instituição ou território relacional que dele participe, viabilizando uma efetiva Alfabetização Agroecológica Ambientalista, de pessoas com saberes diversos mas que sabem o quanto todos temos que aprender na arte de transformar nossas sociedades em direção à sustentabilidade socioambiental. Aprender fazendo e realizando atividades de Educomunicação que permitam o diálogo sobre os nossos aprendizados, erros e acertos na direção almejada.

O Laboratório de Educação e Política Ambiental, do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, da Universidade de São Paulo (SP/Brasil), elaborou uma proposta de diretrizes e método que pode ser apropriado para a atuação desses coletivos educadores. Fica aqui a sugestão de os conhecer e analisar se são apropriados a cada contexto.

<http://www.nacepteca.esalq.usp.br>

<https://ocaesalq.wordpress.com/producoes-oca>

Finalizando

Pode-se dizer que os círculos de cultura propostos nos anos 60 por Paulo FREIRE, ou as comunidades de aprendizagem participativa sobre meio ambiente e qualidade de vida, propostas pelo *Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil* (2004), promovendo a EA como uma Aprendizagem Participativa, comprometida com toda a humanidade e cada ser humano ser feliz, é o sentido para a atuação dos Coletivos Educadores a serem fomentados pelas políticas públicas de comunidades e países associados neste desafio.

Humanos felizes, na alegria e na dor da busca, porque não têm no enriquecer infinito e no consumo individualista o seu sentido existencial. Compreendem que a frugalidade, a simplicidade voluntária são estratégias para não perder o foco na busca de seus propósitos existenciais, idiosincráticos e perseguidos de dentro para fora, exigindo de cada pessoa a definição dessa busca como sentido. Isto não significa abrir mão de condições materiais que atendam as necessidades, inclusive simbólicas, mas significa que elas são problematizadas à luz do bem comum.

Bandeiras como *Mudar o Sistema, Não o Clima! Direitos Humanos e Democracia Já! Lula Livre! Marielle Presente! Demarcação Já!* podem ser apropriadas à realidade de

cada país e de cada conjuntura, mas devem expressar o vínculo entre o enfrentamento das contradições da realidade presente, os sonhos individuais e os desafios da construção da sustentabilidade planetária. As frases abaixo, a primeira delas enunciada pelo papa Francisco, também expressam desafios que podem auxiliar nas definições das ações dos coletivos educadores ambientalistas locais.

Terra, Teto e Trabalho com Soberania!

A elas agregaria outras, que explicitem direitos humanos que devem estar acessíveis a todos:

Saúde, Educação e Natureza,

Comunicação, Participação e Espiritualidade

Todas elas podem e devem ser problematizadas e construídas participativamente pelos grupos locais, mas dialogadas nas articulações mais amplas, de forma a buscar-se unicidade na diversidade, propiciando constituir-se um movimento de alternativas à globalização alienante, alimentando estratégias de poder local e solidariedade global.

Referências bibliográficas

- BOFF, Leonardo (2015). *Ecologia. Grito da Terra, Grito dos Pobres*. São Paulo: Editora Vozes.
- BRASIL (2004). *ProNEA. Programa Nacional de Educação Ambiental*. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

- NEPOMUCENO, Tiago Costa (2015). *Educação ambiental & espiritualidade laica: horizontes de um diálogo iniciático*. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- GARAUDY, Roger (1981). *Apelo aos vivos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MORIN, Edgar (2000). *A Cabeça Bem- Feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MORIN, Edgar (2000). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez.
- OCA. Laboratório de Educação e Política Ambiental-ESALQ/USP (2016). “O “Método Oca” de Educação Ambiental: fundamentos e estrutura incremental”, *Ambiente & Educação*. *Revista de Educação Ambiental*. Volume 21(1). [Disponível em <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6012>]
- FRANCISCO, Papa (2015). *Carta Encíclica Laudato Si’ Sobre O Cuidado Da Casa Comum*. [Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html Acesso maio de 2018].
- RUSSEL, Bertrand (2012). *A conquista da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2013). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- SORRENTINO, Marcos; Edna Costa SIM, Vidoto Laura SACCONI, et al. (2013). “Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental” en Cíntia GÜTZEL-RISSATO, Daniel F. ANDRADE, Denise Maria Gândara ALVES, Marcos SORRENTINO, Maria CASTELANO, Simone PORTUGAL, Thaís BRIANEZZI, Vivian BATTAINI (Org.) *Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências*, páxs. 21-62. Curitiba: Appris.